



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

MERCOSUL/REMPM/ATA Nº 04/12

“ XIV REUNIÃO ESPECIALIZADA DE MINISTÉRIOS PÚBLICOS DO MERCOSUL”.

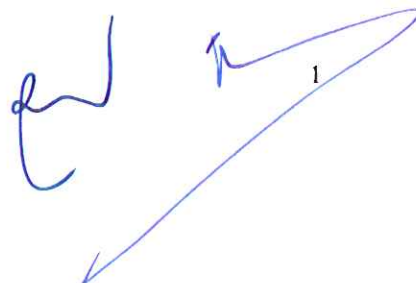
Realizou-se na Cidade de Brasília, no Distrito Federal, República Federativa do Brasil, no dia 06 de dezembro de 2012, a XIV Reunião Especializada de Ministérios Públicos do Mercosul e Estados Associados, com a presença das Delegações dos Estados Parte: República Argentina, República Federativa do Brasil, República Oriental do Uruguai e República Bolivariana da Venezuela, bem como dos Estados Associados: República do Chile e República do Equador.

Deixa-se registrado que foram convidados, ainda, o Estado Plurinacional da Bolívia, a República da Colômbia e a República do Peru, que não puderam comparecer, comprometendo-se a Presidência *Pro Tempore* com o envio da respectiva ata e de seus anexos.

A lista das delegações participantes se encontra no **Anexo I**.

A agenda do encontro se encontra no **Anexo II**.

A reunião ocorreu no Edifício Sede da Procuradoria Geral da República e teve início com as palavras do Procurador-Geral da República Federativa do Brasil, Roberto Monteiro Gurgel Santos, que deu as boas vindas aos presentes e externou a satisfação do Ministério Público brasileiro em sediar a XIV Reunião Especializada de Ministérios Públicos do Mercosul-REMPM. O Procurador-geral manifestou a satisfação da instituição brasileira em contar com a presença da Venezuela como Estado-parte e lamentou, ainda, a ausência da República do Paraguai, ressaltando a esperança de que o último possa estar presente nas próximas Reuniões. Após apresentação de vídeo institucional, Roberto Gurgel cedeu a palavra



1



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

às delegações para que se apresentassem. As Delegações apresentaram-se e, cumprimentando o Procurador-Geral, agradeceram pela hospitalidade do Ministério Público brasileiro.

O representante da República Argentina reiterou o compromisso da nova gestão do Ministério Público argentino de fortalecer os vínculos com o países do Mercosul e seus associados.

O representante do Uruguai afirmou que os temas da XIV REMPM, como defesa dos direitos humanos, combate ao crime organizado e violência de gênero, vão ao encontro dos temas que, atualmente, são prioritários para o Ministério Público uruguaio. Pela relevância e agilidade que o tema requer, Jorge Díaz Almeida ressaltou a conveniência de criação de um GT para Crimes cibernéticos, proposta já exposta na Reunião Preparatória da XIV REMPM. Apontou a importância de criação de um GT sobre violência de gênero para a próxima REMPM, a qual ocorrerá no Uruguai. O representante reafirmou o papel imprescindível da independência funcional para o eficaz cumprimento das funções institucionais atribuídas ao Ministério Público.

Em seguida, a *Fiscal-General* da República Bolivariana da Venezuela, Luisa Ortega Díaz, expressou sua satisfação em participar, pela primeira vez, como Estado-parte da REMPM e trouxe a perspectiva do Ministério Público venezuelano na Defesa dos Direitos Humanos. Entre as iniciativas apresentadas por Luisa Ortega Díaz, destacam-se a aprovação da Lei Orgânica de Polícia que estabelece o respeito aos direitos humanos como um dos pilares da atuação policial; a criação de *Fiscalías Municipales*, cuja competência inclui a resolução de conflitos locais a partir de intervenções preventivas e repressivas e, ainda, a criação de Unidades criminalísticas, um laboratório próprio para o trato de violações de direitos humanos onde se analisam todas as provas como forma de garantir a imparcialidade dos procedimentos inerentes às ciências forenses e criminalísticas. Informou a realização da Assembleia-geral da Rede de Capacitação



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

de Ministérios Públicos Ibero-americanos-RECAMPI, no mês de março, em Caracas-Venezuela e considerou oportuna a realização de um seminário sobre delitos cibernéticos na Região em período que antecede à RECAMPI. A representante reiterou, ainda, o apoio venezuelano à manifestação uruguaia favorável à criação de um Grupo de Trabalho no âmbito do Mercosul especializado em crimes cibernéticos.

O Coordenador da Assessoria de Cooperação Jurídica Internacional e Subprocurador-Geral da República, Edson Oliveira de Almeida, procedeu à leitura da agenda preliminar, a qual foi aprovada por todos os presentes sem modificações. Em virtude do falecimento do arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer, Edson Almeida sugeriu observar um minuto de silêncio. A sugestão foi aceita por todos os presentes, os quais fizeram reverência ao falecimento de Niemeyer.

Dando prosseguimento à agenda proposta, Aurélio Veiga Rios, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão e Coordenador do GT de Direitos Humanos, apresentou as conclusões da Reunião do Grupo de Trabalho de Direitos Humanos da REMPM, agradecendo a sua antecessora, Gilda de Carvalho, por todo o trabalho desempenhado durante o período em que coordenou o Grupo de Trabalho. O Procurador comunicou as alterações do Plano de Trabalho do GTDH com a inserção de novas agendas, como a violência de gênero e o trabalho escravo. Entre as ações previstas no Plano de Trabalho aprovado em 2010 que serão mantidas, figuram a elaboração de um cronograma conjunto de eventos no âmbito do Mercosul; a realização de *Workshop* Internacional sobre os temas Tráfico de Pessoas e Trabalho escravo (ação já implementada); a formatação de um curso sobre tráfico de pessoas, o qual se efetivará com base em proposta da República argentina de capacitação e sensibilização; e, ainda, a criação de um Boletim Informativo Conjunto Mercosul. Já em relação às novas ações, Aurélio Rios destacou que serão inseridos na agenda do GTDH a criação de grupo de *e-mails* para discussão e debate entre pontos focais; a realização de encontro em Foz do Iguaçu com a



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

participação da Sociedade Civil e Organismos Internacionais sobre o tema tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e trabalho escravo; a realização de uma campanha publicitária no âmbito do Mercosul. O GTDH acordou, também, a retirada de ações anteriormente constantes da pauta do Grupo, tais como a criação de um banco de dados sobre tráfico de pessoas no âmbito do Mercosul e a realização de pesquisas sobre responsabilização penal dos praticantes do crime de tráfico de pessoas no âmbito do Bloco, ações já contempladas no escopo de atuação da Rede Ibero-americana de Procuradores Especializados no Combate ao Tráfico de Pessoas. A proposta foi submetida aos chefes das delegações, que acataram as deliberações do Grupo.

A apresentação de Aurélio Veiga Rios encontra-se no **Anexo III**.

Posteriormente, a Subprocuradora-Geral da República e Membro da Assessoria de Cooperação Jurídica Internacional, Denise Vinci Tulio, apresentou os avanços das Reuniões Especializadas de Ministérios Públicos do Mercosul. Denise Tulio apresentou o arcabouço jurídico e institucional sobre o qual estão estabelecidas as Reuniões Especializadas de Ministérios Públicos do Mercosul. A representante brasileira passou, então, a expor os avanços destas Reuniões Especializadas desde sua criação até o estágio atual em que se encontram.

A apresentação de Denise Vinci Tulio encontra-se no **Anexo IV**.

Alberto Ayala Gutiérrez, Fiscal Nacional Subrogante do Ministério Público do Chile, apresentou, em seguida, as atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho especializado sobre crime Organizado Transfronteiriço (GECOT). Foram mencionados os estágios/intercâmbios existentes no âmbito do GECOT. Apresentaram-se, também, os avanços na criação de base de dados para o combate ao tráfico de pessoas no âmbito da Rede Ibero-americana de Procuradores Especializados no Combate a este delito.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

A apresentação de Alberto Ayala Gutiérrez encontra-se no **Anexo V**.

O Procurador da República em Caruaru-Pernambuco, Alfredo Carlos Gonzaga Falcão Júnior abordou, então, o panorama e propostas para o combate ao crime cibernético nos países do Mercosul. O Procurador trouxe ao debate um panorama geral do combate aos crimes cibernéticos no Brasil, incluindo a definição de crimes cibernéticos, características e problemas da investigação desse tipo de delito, os aspectos legais e processuais, dificuldades encontradas no enfrentamento desses crimes e, ainda, as estratégias e soluções para o combate aos crimes cibernéticos, entre as quais figura a criação de um Grupo de Trabalho especializado nesses crimes. Carlos Falcão apresentou, então, as vantagens da criação de um Grupo de Trabalho sobre crimes cibernéticos no âmbito do Mercosul, tais como o aumento da eficiência na apuração dos casos, maior especialização, criação de grupos regionais, respeito e promoção dos direitos fundamentais, a exemplo do combate ao crime de pedofilia.

A apresentação de Alfredo Falcão Júnior encontra-se no **Anexo VI**.

Ainda sobre a temática de combate ao crime cibernético nos países do Mercosul, Ricardo Lackner, *Fiscal Letrado en lo Penal* do Ministério Público do Uruguai, destacou os aspectos criminais daquele tipo de delito. Ricardo Lackner também reiterou a viabilidade e necessidade de criação de um Grupo de Trabalho especializado no combate a crimes cibernéticos na Região. Entre os pontos levantados pelo *Fiscal Letrado en lo Penal*, destacam-se o relevante papel desempenhado pela capacitação de agentes e, ainda, a criação de laboratórios de informática especializados no combate a crimes cibernéticos.

Novo período foi destinado ao debate entre os Membros dos Ministérios Públicos do Mercosul. A delegação argentina afirmou



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

concordância com os temas de direitos humanos discutidos nesta Reunião e informou que será criado proximamente no Ministério Público argentino uma unidade especializada para tratar de crimes cibernéticos, de modo que propôs concretizar a criação do grupo de Trabalho para delitos cibernéticos na próxima REMPM. Pellegrini sugere a criação de canais de diálogo e cooperação em relação ao julgamento de crimes contra a humanidade nos países do MERCOSUL e associados e ,ainda, de um grupo de trabalho para o tema de violência de gênero e proteção da mulher.

O representante uruguaio externou sua grande preocupação com o tema da violência de gênero e incentivou momentos de intercâmbio de experiências e boas práticas entre as instituições.

A *Fiscal-General* venezuelana reiterou seu apoio às propostas de aprofundamento das discussões de delitos que envolvem violações de direitos humanos e instou que os procedimentos para implementação das propostas apresentadas nesta REMPM sejam céleres, dada a urgência e relevância dos temas abarcados por tais propostas.

Alberto Ayala Gutiérrez concordou que o tema de delitos cibernéticos deve ser abordado de forma específica no âmbito dos Ministérios Públicos do Mercosul. O representante chileno afirma compartilhar das atividades de combate às violações de direitos fundamentais, no entanto, informa sobre as restrições de competências impostas à instituição chilena.

Fidel Jaramillo, diretor da comissão da verdade e direitos humanos da Fiscalía do Equador, reiterou a necessidade de discussão a respeito do direito à memória e à verdade e a judicialização de violações de direitos humanos no âmbito deste Foro e propôs a coordenação de uma atividade sobre o tema com previsão para o primeiro semestre de 2013 em seu país.

Em seguida, Edson Oliveira de Almeida sintetizou as conclusões da XIV REMPM expostas acima, que foram aprovadas por todas as delegações presentes.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

Os Ministérios Públicos do Mercosul reafirmaram a imprescindibilidade da independência funcional e da autonomia administrativa para o eficaz cumprimento das funções institucionais atribuídas a esses órgãos.

As delegações agradeceram pelo apoio do Ministério Público brasileiro e, ainda, à Escola Superior do Ministério Público da União-ESMPU, pelo apoio na realização da Reunião do Grupo de Trabalho de Direitos Humanos e pelas publicações disponibilizadas.

O Procurador-geral da República encerrou as atividades da XIV REMPM afirmando que as manifestações das delegações evidenciam a comunhão de preocupações e dificuldades enfrentadas pelos Ministérios Públicos da Região, o que faz com que seja comum a busca pelo aperfeiçoamento da atuação dessas instituições, as quais devem trabalhar no sentido de uma aproximação permanente.

Encerrado o período destinado à aprovação da ata da XIV Reunião Especializada de Ministérios Públicos do Mercosul, o documento, juntamente com as Conclusões da Reunião, foi submetido à assinatura das delegações presentes.

República da Argentina
Carlos Lisandro Pellegrini
Secretário de Coordenação Institucional da Procuradoria
Geral da Nação

República Bolivariana do Venezuela
Luisa Ortega Díaz
Fiscal-Genera

República Federativa do Brasil
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Procurador- Geral da República

República Oriental do Uruguai
Jorge Díaz Almeida
Procurador-Geral da Nação